

# Agora é GREVE!

## Educação na rua: Pezão, a culpa é sua!

Milhares de profissionais de educação, reunidos em assembleia na Fundação Progresso desde o início da manhã dessa quarta-feira (dia 02/03), decidiram pela continuidade da greve por tempo indeterminado. Na assembleia, foi aprovado um calendário de atividades da greve para pressionar o governo do estado a parar com os ataques ao funcionalismo e à educação pública e atender a nossa pauta de reivindicações.

O comparecimento em massa da categoria à plenária

(Interior e capital) e estudantes mostrou que a Educação está mobilizada e disposta a enfrentar o governador Pezão; mostrou que a categoria não vai aceitar pagar pela crise econômica alegada por Pezão para não conceder reajustes, atacar a nossa previdência e não investir nas escolas.

Os estudantes também realizaram assembleias nos colégios e deliberaram o total apoio à greve, pois a pauta de reivindicações inclui melhores condições estruturais nas escolas.

### Adesão à greve alcança mais de 70%

O Sepe estima que os índices de paralisação atingiram neste primeiro dia a marca de 70% e a forte mobilização nas escolas é um sinal de que o índice pode aumentar com o decorrer da greve.

Veja o calendário de lutas aprovado (fique de olho no site do Sepe, que divulgará o local da assembleia):

**03 a 07 de março:** Indicativo de atividades locais, com tirada de comandos de greve nos núcleos e regionais, corridas às escolas e realização de atos e reuniões com os responsáveis;

**08 de março:** Participação no ato em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no Centro do Rio e indicativo de realização de atos nos núcleos;

**09 de março:** Indicativo de realização de assembleias locais, com atos nas coordenadorias e metropolitanas;

**10 de março:** Conselho Deliberativo/Comando de Greve (local e horário a confirmar);

**11 de março:** Assembleia geral, com ato no Centro do Rio (local e horário a confirmar);

**14 e 15 de março:** indicativo de mobilizações locais;

**16 de março:** Indicativo de realização de assembleia unificada da Educação e de ser-

vidores estaduais, seguida de ida ao Palácio Guanabara (local e horário a confirmar).

A plenária também aprovou a formação do Comando de Greve da rede estadual nos seguintes moldes: 24 diretores do Sepe Central, pela proporcionalidade, mais dois diretores de núcleos e regionais, mais representantes de base, eleitos na base (núcleos e regionais) em assembleias locais. Já os núcleos e regionais podem eleger seus representantes de base através de duas fórmulas: 1) representantes de escola reúnem-se em conselho de representantes pela fórmula estatutária; 2) eleição em assembleia pela proporção de 1 delegado a cada 20 escolas e 20 presentes na assembleia.

**Contato:**

**[www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br) – Fale com o Sepe**

# Rede estadual participou de ato dos servidores estaduais na Alerj

Logo após o término da assembleia na Fundação Progresso, no dia 02/03, os profissionais da rede estadual saíram em marcha pelas ruas do Centro do Rio em direção à Alerj, onde outros segmentos do funcionalismo estavam realizando um protesto. Nas escadarias do

Legislativo estadual, diversos segmentos dos servidores públicos protestaram contra os ataques do governador Pezão e denunciaram a política de terra arrasada implementada por ele contra as diversas categorias do serviço público estadual.

## SOBRE ESTÁGIO PROBATÓRIO, GLP E CORTE DE PONTO

Na década de 80, a luta dos trabalhadores assegurou o direito de reajuste anual, direito de sindicalização e direito de greve para o funcionalismo público. Esses direitos, previstos na Constituição Federal e Estadual, incomodam governos autoritários que teimam em descumprir as leis e ameaçam os servidores cada vez que os mesmos se organizam para reivindicar.

Nesse momento de greve, é preciso ter cuidado com ameaças que não têm fundamento, nem legal nem moral. A indústria de ameaças e boatos tem origem no autoritarismo e na falta de democracia dos governos que não aceitam a livre manifestação dos trabalhadores na luta pela defesa dos seus direitos. Para combater esses boatos e ameaças, vamos lembrar os direitos que temos como profissionais concursados.

**1) NOVOS CONCURSADOS:** o direito fundamental de greve é assegurado, pela Constituição a todo e qualquer trabalhador independente da natureza do seu contrato de trabalho, celetista ou estatutário, em experiência ou em estágio probatório etc. Portanto, a adesão à greve de servidor público em estágio probatório não pode ser objeto de retaliação por parte do governo. Ao término do estágio, os critérios para verificação da aptidão do servidor às atividades típicas de seu cargo devem considerar exclusivamente o período em que o mesmo esteve em exercício, não sendo computado eventuais interrupções em razão de adesão a movimento paredista. Inclusive, o Supremo Tribunal Federal considera que a simples adesão à greve não constitui falta grave (Súmula nº 316). Assim, o servidor em estágio probatório não pode ser punido ou ter sua avaliação degradada pelo simples exercício do direito de greve.

**2) GLP:** O decreto de criação da GLP (Gratificação por Lotação Prioritária) estabelece que só perderá a gratificação aqueles que estiverem de licença médica acima de 15 dias (Decreto nº 25959 de 12/01/2000). Os dias de greve não podem ser contados como falta. Existem escolas que funcionam somente com GLPs. Isso comprova que interessa ao estado manter as horas extras, pois economiza muito dinheiro às custas da exploração da categoria. O congelamento do nosso salário acaba sendo mascarado pela GLP. Diferentemente do RET (Regime Especial de Trabalho), a GLP não poderá ser incorporada aos salários na aposentadoria. É a pior forma de hora extra que já tivemos.

**3) PONTO:** O segundo governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro instituiu o ponto através do MCF (Mapa de Controle de Frequência), onde são lançados os códigos. No decreto de criação do MCF consta o código 61- falta por greve. O código 61 é estabelecido como código de informação e não punitivo, como tem sido a prática da SEE. Por muitas vezes, temos conseguido negociar o abono de ponto. Nas greves que fizemos no governos Cabral/Pezão, os salários foram pagos, não havendo corte, como nas greves de 2001, 2013 e 2014. O corte de ponto, portanto, depende da força de nossa greve e das negociações. Enfim, é importante que cada um de nós saibamos nossos direitos. Antes de acreditar em boatos e ameaças, devemos procurar saber a real situação. É hora de lutar pela defesa dos nossos direitos e contra as reformas na previdência que querem impor ao funcionalismo para pagar a conta da crise.

## VEJA O QUE REIVINDICAMOS

Abaixo, a pauta de reivindicações entregue ao governo:

- 1) Reajuste salarial já;
- 2) Contra o reajuste do percentual descontado para a previdência e pacote de reforma do regime previdenciário dos profissionais de educação;
- 3) Retorno do calendário anterior de pagamento;
- 4) Fim do parcelamento de salários;
- 5) Pagamento integral do décimo terceiro salário;
- 6) Arquivamento do PL do governo que muda o Rioprevidência;
- 7) Realização de concurso público para funcionários técnico-administrativos;
- 8) Atendimento da pauta pedagógica (cumprimento da reserva de um terço da carga horária docente para realizações de atividades extraclasse - Lei nº 11.738/2008), nenhuma disciplina com menos

de dois tempos semanais, carga horária concentrada em uma única escola, eleição direta para direções escolares, redução do número de alunos em sala de aula e fim da política meritocrática com imposição de avaliações externas sem amplo e prévio debate com as comunidades escolares);

9) Plano unificado de cargos e salários e formação em serviço para os funcionários;

10) Redução da carga horária de 40 para 30 horas semanais para funcionários técnico-administrativos, formalizando o acordo em curso desde meados da década de 90;

11) Efetivação dos enquadramentos por formação dos docentes, incorporando os valores à remuneração docente e pagando os valores pretéritos;

12) Descentralização da perícia médica e fim da terceirização da mesma.